



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Processo nº 013804/2023 (Flowdocs)

EMPRESAS: **GEO ESTRUTURAS LTDA** (RECURSO).

**CONSTRUTORA MICA RIO LTDA** (CONTRARRAZÃO)

Processo Licitatório: 03717/2023

Referente à:

**TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023**

**DATA DA ABERTURA:** 10 de outubro de 2023

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO: OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NA ESTRADA GILBERTO DE SOUZA SOARES FILHO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA**, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Caderno de Encargos, II – Orçamento, III – Memória de Cálculo, IV – Cronograma Físico Financeiro, V – BDI, VI – Planta de Implantação, VII – Planta de Situação, VIII – Planta baixa, IX – ART, X – Contrato, XI - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XII - Declaração de Idôneo, XIII - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XIV – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições e Anexo XV – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 14/09/2023, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 15/09/2023, Diário Oficial da União em 15/09/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

### **DA TEMPESTIVIDADE:**

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, em 20 de outubro de 2023.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 109, I, da Lei nº 8.666/1993.

### **DO INICIAL:**

A Presidente e Comissão de Licitação deste Município, instituída pela Portaria nº 28/2023, referente a Tomada de Preços nº 003/2023, julga e responde o recurso interposto pelo empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, insatisfeita com a decisão de Comissão em 13/10/2023, após a continuidade do certame licitatório inicializado em 10/10/2023.

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **RÉGIS SILVEIRA DA SILVA**, **RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA**, **EVERTON FERREIRA MACHADO**, a Srª **PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**, Contadora, o Sr. **ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES**, Diretor do Departamento Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão. Compareceram ao certame as empresas: **GEO ESTRUTURAS LTDA**, **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, **CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA** e **K5 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES**.

### **DO RECURSO APRESENTADO – Empresa: **GEO ESTRUTURAS LTDA****

No recurso interposto, a empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, alega que após análise dos documentos apresentados pelos licitantes, a Comissão habilitou as empresas **GEO ESTRUTURAS LTDA** e **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, bem como, inabilitou a empresa **K5 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, conforme constante na ata lavrada na data de 13/10/2023.

Em breve síntese, a referida empresa discorda da decisão da Comissão, quanto “a capacidade técnica exigida no edital, item 4.1.1.1.10.2 – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA – NÃO ATENDIDA pela empresa MICARIO”, manifestando sua decisão de recorrer com base nos “FUNDAMENTOS TÉCNICOS / CONSTRUTIVOS”, que serão informados.

Em suas alegações a referida empresa contesta a habilitação técnica apresentada pela empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA* “por NÃO APRESENTAR em seus atestados de capacidade técnica o item pertinente a CONCRETO PROJETADO, sendo este, PRÉ-REQUISITO RELEVANTE”, conforme item 4.1.1.1.10.2. do edital, ficando de acordo com a empresa, “evidenciado TEXTUALMENTE de forma CLARA, EXPLÍCITA e TRANSPARENTE que a empresa MICARIO, NÃO apresentou ATESTADO TÉCNICO sob o título de maior relevância, ou seja: CONCRETO PROJETADO, inclusive sendo este constante e objeto da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA da obra, sob o número 08.00.00.0004 – código E11.024.0008-A (EMOP)”, julgando, nas palavras da recorrida, “IMPROCEDENTE e INFUNDADO” habilitar a empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA*, por não apresentar em seus atestados serviços de **concreto projetado**, exigência relevante nos termos do edital.

A recorrente alega que ao analisar em análise as documentações técnica da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA*, entendeu que os documentos apensados, demonstram que os principais serviços da MICA RIO atestados se referem a obras de pontes e serviços de concreto bombeado, ARMADO, e outros NÃO pertinentes a CONCRETO PROJETADO, “constata-se a FRAGILIDADE TÉCNICA do atestado apresentado pela empresa MICARIO”, explicando a diferença técnica/construtiva, além das características físicas e materiais do item, informando ainda, “dos princípios e dos fundamentos que REGEM, NORMATIZAM e REGULAMENTAM técnicas de aplicação do CONCRETO PROJETADO”.

Finalizando o recurso, a recorrente alega que manifestou verbalmente contrários a habilitação da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA* sobre esse item técnico, onde o setor técnico narrou sobre técnicas de similaridade e qualificou equivocadamente “serviços de CONCRETO ARMADO e/ou BOMBEADO de naturezas técnicas ANÁLOGAS, contrariando, conforme já citado, tudo que se diz respeito às NORMAS TÉCNICAS da aplicação do CONCRETO PROJETADO”, destacando que qualquer análise e/ou julgamento sob o aspecto subjetivo e pessoal é vetado pela Lei nº 8.666/93 e seus artigos, e faz seus pedido:

- “Ante às evidências técnicas demonstradas, contrárias à prática de SIMILARIDADE entre os CONCRETOS, o não atendimento “INTEGRAL” (termos do edital) das parcelas de MAIOR RELEVÂNCIA nos documentos técnicos apresentados pela empresa MICARIO, CONTESTAMOS a sua HABILITAÇÃO TÉCNICA, e REQUEREMOS da ilustre comissão, em respeito aos termos e a INTEGRIDADE do edital, bem como aos princípios BÁSICOS de LICITAÇÃO, art. 3º da Lei 8.666/93 quanto a LISURA, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, ISONOMIA, LEGALIDADE e PROIBIDADE ADMINISTRATIVA que a empresa MICARIO seja declarada INABILITADA por não atender ao item QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (4.1.1.1.10) subitem 4.1.1.1.10.2”.

**DO CONTRARRECURSO APRESENTADO – Empresa: *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA***

Cabe informar que houve manifestação da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA* em 26/10/2023, no referido processo, da seguinte forma: “Boa tarde, informo a empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA* não tem o interesse em apresentar suas contrarrazões. Att: André Medeiros”.

**DO JULGAMENTO:**

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, foi enviado ao Setor Técnico, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica quanto ao item QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (4.1.1.1.10), subitem 4.1.1.1.10.2.

**Segue parecer do Setor Técnico, da Secretaria de Planejamento e Gestão:**

(...)

“Em análise ao recurso apresentado pela empresa *GEO ESTRUTURAS LTDA*, este setor vem manifestar alguns pontos:

- Na análise dos atestados técnicos, o setor se atentou em ser claro e contundente, pois muitos dos itens em planilha não estão claramente explícitos.
- Alguns serviços, por diferenças de tempo e atualização, podem nem existir no passado em planilha orçamentária. Por isso, este setor tenta ser justo em suas análises.

Por fim, entendendo que a Administração Pública pode anular e rever seus próprios atos pelo princípio da autotutela, seguindo rigorosamente seus prazos previstos, e em nova análise da

documentação de acervos técnicos apresentados pela empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, este setor manifesta que não há proximidade dos documentos apresentados por ela que possa atender o edital no item 4.1.1.1.10.2, e não apresentou atestados técnicos que possam mostrar para a administração experiência com o item de relevância *“Itens referentes à concreto projetado”*.

Em decisão final, este setor acata o pedido da empresa GEO ESTRUTURAS LTDA e opina pela inabilitação da empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA.

Este setor preza pela competição justa e empreendimentos que atendam com maior e melhor qualidade ao município e seus cidadãos”.

O parecer técnico completo será anexado a esta resposta de recurso.

Ao analisar o recurso e de acordo com a resposta do Setor Técnico, percebe-se que na análise dos atestados muitos dos itens constantes nas planilhas não estão de forma clara, além de que por diferenças de tempo e atualização de alguns itens. De acordo com informação do Setor Técnico, “alguns serviços, por diferenças de tempo e atualização, podem nem existir no passado em planilha orçamentária”, fazendo com que, em nova análise pelo Setor, manifesta parecer que “não há proximidade dos documentos apresentados por ela que possa atender o edital no item 4.1.1.1.10.2”, além de entender que a empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, não apresentou atestados técnicos que demonstrem experiência com o item de relevância à concreto projetado. O Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão, termina seu parecer com a decisão final opinando por acatar o pedido da empresa GEO ESTRUTURAS LTDA, opinando pela inabilitação da empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, anulando e revendo seus próprios atos, pelo princípio da autotutela.

Vejamos o que diz o item 4.1.1.1.10 e subitem 4.1.1.1.10.2. do edital:

**4.1.1.1.10 Qualificação técnica:**

(...)

4.1.1.1.10.2 A licitante deverá, através de seu responsável técnico, comprovar a execução dos serviços de maior relevância, que poderá constar de atestados diversos, desde que o(s) item(ns) a seguir esteja(m) integralmente comprovado(s):

- **Itens referentes à concreto projetado;**
- **Itens referentes a estrutura em concreto armado;**

Diz a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 30, relativa a qualificação técnica:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado). a) (Vetado). b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Analisando de acordo com o Artigo nº 30, §2º e §3 da Lei nº 8.666/93, os itens de maior relevância foram definidos no edital, conforme item 4.1.1.1.10.2. Em suas alegações, nas considerações gerais, a empresa *GEO ESTRUTURAS LTDA* informa sobre as teses técnicas de similaridade quanto ao item do recurso. O Setor Técnico acata e informa em seu parecer “que não há proximidade dos documentos apresentados por ela que possa atender o edital no item 4.1.1.1.10.2, e não apresentou atestados técnicos que possam mostrar para a administração experiência com o item de relevância “Itens referentes à concreto projetado”, se referindo a empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA*.

Conforme entendimentos do TCU, vide Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição, a matéria já foi amplamente discutida e consolidada. Existem diversos acórdãos sobre o assunto, os quais seguem:

As exigências de qualificação técnico-operacional limitam-se aos itens de maior relevância e em percentuais razoáveis.

Acórdão 697/2006 Plenário (Sumário)

Limite as exigências de qualificação técnico-operacional, ao realizar licitação para contratação conjunta de diversos itens de prestação de serviços administrativos, aos itens de maior relevância e em percentuais razoáveis, evitando a restrição indevida a competitividade do certame, nos termos do art. 30, § 1o, inciso I, da Lei no 8.666/1993. De acordo, ainda, com o princípio de exigências mínimas para garantir a segurança para a Administração Pública, conforme art. 37, inciso XX I, da Constituição Federal, deve ser estabelecido no edital, com clareza e fundamentadamente, quais são as “parcelas de maior relevância e valor significativo”, conforme colocado pelo art. 30, § 1o, inciso I e § 2o da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 697/2006 Plenário

Estabeleça, por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XX I do art. 37 da Constituição Federal. Inciso I do § 1o do art. 30 e inciso II do art. 30 da Lei no 8.666/1993. As exigências quanto a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional devem limitar-se as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato.

Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)

Já em relação a restrição editalícia quanto a impossibilidade da comprovação da aptidão para a realização do objeto da licitação por meio de atestados e certidões de acervo técnico que comprovem a execução de obras de abastecimento de água, drenagem ou obras similares (subitem 5.2.4.3.2 do edital), entendo que tal restrição está em desconformidade com o art. 30, § 3o, da Lei 8.666/93, que admite “(...) a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior”. Ora, não vejo como justificável o afastamento da similaridade tecnológica das mencionadas obras em relação ao objeto da licitação.

Continuando, ainda, segue orientações e Jurisprudência do TCU:

“É vedado realizar licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”. (página 149)

Nesse contexto, essa Comissão entende que é de responsabilidade do Gestor, através do Setor Técnico, a manifestação e o parecer quanto ao item que a empresa solicitou recurso. Os Acórdãos acima são consolidados pelo TCU e, neste caso em tela, a empresa recorrida manifesta recurso contra a habilitação da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA*, tendo em vista os atestados técnicos de maior relevância apresentado pela empresa não conter os serviços de concreto projetado, o que foi acatado pelo Setor Técnico, inclusive opinando pela inabilitação da referida empresa.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo “Considerando o recurso interposto pela empresa *GEO ESTRUTURAS LTDA*. referente ao não cumprimento do item 4.1.1.1.10.2 do edital pela empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA.*, que optou em não apresentar contrarrazões, conforme se verifica no evento #4, bem como o parecer técnico constante no evento #6, acatando os argumentos recursais e opinando pela inabilitação da recorrida e, considerando que se trata de não atendimento de item técnico constante do edital do certame, condição *sine qua non* para a habilitação de interessados em participar da licitação, não há como deixar de acompanhar o entendimento do Diretor Técnico da SECPLANGE, razão pela qual opino pela INABILITAÇÃO da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA*. Encaminho à Divisão de Licitação para deliberação”.

Por todo o exposto essa Comissão opina:

Tendo em o RECURSO apresentado pela empresa *GEO ESTRUTURAS LTDA*;

Tendo em vista a manifestação da empresa *CONSTRUTORA MICA RIO LTDA* que não tem interesse em apresentar suas contrarrazões;



Tendo em vista o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como, pelas razões acima expostas, essa Comissão opina pelo deferimento do recurso apresentado.

**DA DECISÃO:**

Diante do exposto, essa Comissão, em conjunto com o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, opina em deferir o recurso apresentado pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, tendo em vista que o princípio da autotutela, autoriza a revisão dos atos administrativos a qualquer momento, declarando como **INABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA** e permanecendo como **HABILITADAS** e aptas a prosseguirem no procedimento licitatório as empresas **GEO ESTRUTURAS LTDA e CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito para deliberação. Após que seja remarcada nova data para prosseguimento do processo licitatório. Após que seja dado ciência desta decisão a Requerente, bem como, as demais empresas e que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 07 de novembro de 2023

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**

**Presidente da CPL**

**REGIS SILVEIRA DA SILVA**

**Membro**

**RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA**

***Membro***

**PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**

***Membro***

**EVERTON FERREIRA MACHADO**

***Membro***